

RELATÓRIO DE GESTÃO



4º DISTRITO REGIONAL

SUMÁRIO

1. Identificação.....	4
2. Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	6
2.1- Competência.....	6
2.2- Objetivos estratégicos.....	6
3. Estratégias de Atuação.....	7
3.1- análise do mapa/plano estratégico.....	7
3.2- Plano de ação referente ao exercício.....	8
4. Programas sob a responsabilidade da Unidade.....	13
4.1 – Relação dos programas, suas principais ações, identificação do responsável e considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.....	13
4.1.1- Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.....	14
4.1.1.1 - Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	14
4.1.1.2 - Ação 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal.....	15
4.1.1.3 – Ação 4572 Capacitação de servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e requalificação	16
4.1.1.4 - Ação 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.....	17
4.1.1.5 - Ação 2816 Serviço de Inteligência.....	19
4.1.1.6 – Ação 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.....	20
4.1.1.7 - Ação 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais.....	21
4.1.1.8 - Ação 4641 Publicidade de Utilidade Pública.....	23
4.1.1.9 - Ação 86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela PRF	23
4.1.1.10 - Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais.....	24
4.1.1.11 - Ação 8703 – Atividade Correicional.....	26
4.1.2 – Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	
4.1.2.1 - Ação 1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	28
4.1.2.2 - Ação 1835 – Implantação de sistemas de Tecnologia da Informação.....	29
4.1.2.3 - Ação 8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.....	30
4.1.3 - Programa 0750 – Apoio Administrativo	
4.1.3.1 – Ação 2000 – Administração da Unidade.....	31
4.1.3.2 – Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	33
4.1.4 – Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte	
4.1.4.1 – Ação 2346- Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.....	34
4.1.4.2 - Ação 2347 – Fiscalização dos serviços de Transp.Rodoviário de Carga.....	34

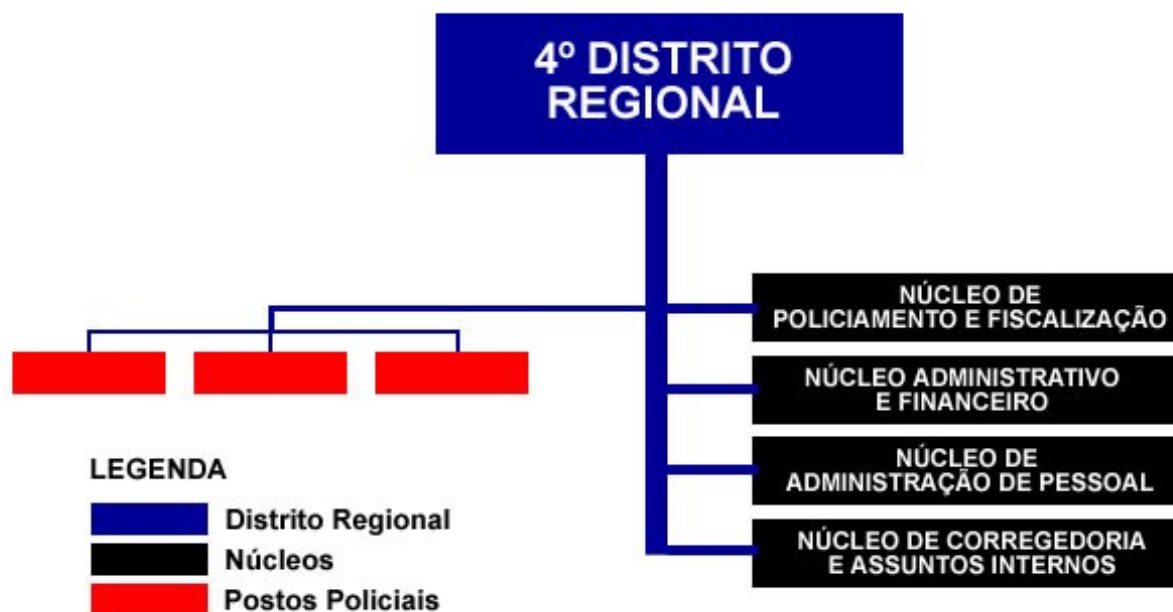
5. Desempenho Operacional.....	36
5.1- Evolução das receitas e despesas.....	43
5.1.1- Execução Orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação.....	43
5.1.1.1- Despesas por modalidade de contratação.....	43
5.1.1.2- Despesas correntes por grupo e elemento de despesa.....	43
5.1.1.3- Despesas de capital por grupo e elemento de despesa.....	44
5.2- Execução física das ações realizadas pela UJ.....	48
5.3- Indicadores institucionais e análise do desempenho.....	49
6. Recursos Humanos.....	50
6.1- Composição do quadro de recursos humanos.....	50
6.2- Contratos de terceirização de Área-fim.....	51
6.3- Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.....	51
7. Reconhecimento de passivos por insuficiência de recursos.....	53
8. Pagamentos de restos a pagar.....	54
9. Detalhamento de transferências.....	55
10. Renúncias Tributárias concedidas pela UJ.....	56
11. Cumprimento das deliberações do Tribunal de Contas da União.....	57
12. Declaração do Contador.....	59
13. Rol de responsáveis.....	60

1- Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 4º DRPRF			
Código SIORG: 29304	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200233
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Segurança Pública			Código CNAE: 7524-8/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 3225-9000	(096) 3251-4708	(096) 3251-8114
Endereço eletrônico: sup.ap@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 210, nº 201- São Lázaro. Macapá/AP. CEP 68909-130.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, artigo 144; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20 ; Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1996.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 06 de agosto de 2007 e Portaria nº 122/97/DPRF/MJ.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Procedimentos Operacionais do DPRF			

O 4º Distrito Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (4º DRPRF/AP), unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com circunscrição em todo o Estado do Amapá, tem em sua estrutura uma unidade administrativa, 02 (dois) postos de fiscalização e 01 (uma) unidade de apoio operacional, distribuídos em pontos estratégicos do Estado, dispostos da seguinte forma:

Sede administrativa do Distrito, localizada em Macapá-AP, tem sua organização estrutural distribuída da seguinte forma:



Sob responsabilidade direta do Núcleo de Policiamento e Fiscalização funcionam os seguintes postos:

- Posto de fiscalização 01, localizado no Km 08 da BR 210;
- Unidade de apoio operacional 02, localizado no Km 445 da BR 156; e
- Posto de fiscalização 03, localizado no Km 792 da BR 156.

Apesar de não constarem na estrutura administrativa do Distrito, existem atividades que são fundamentais ao bom funcionamento institucional, e, por esse motivo, na prática elas são desenvolvidas por servidores designados através de Portaria, quais sejam:

- Comunicação Social;
- Serviço de Inteligência.

2- Responsabilidades institucionais da unidade

2.1- Competência

A Polícia Rodoviária Federal possui diversas atribuições legais previstas na Constituição Federal (art. 144), na Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e, mais especificamente, no Decreto nº 1655/95, quais sejam:

–realizar patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e de terceiros;

–exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

–aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes de prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

–realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

–credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

–assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

–executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

–efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e

–colaborar e atuar na prevenção e repressão dos crimes contra a vida, costumes, patrimônio, ecologia, meio ambiente, tráfico de entorpecentes e drogas afins, contrabando, descaminho e demais crimes previstos em lei.

2.2-Objetivos estratégicos

O desenvolvimento do conjunto de atividades consoantes os compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida, conferem ao Distrito um perfil institucional que o qualificam como o executor de múltiplas ações sociais, de variados segmentos da sociedade.

Neste sentido é que a unidade vem desempenhando suas ações, buscando acompanhar o processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilização da instituição.

O 4º DRPRF soma com os demais órgãos de segurança pública, bem como com outras instituições que não são da área fim, mas que contribuem com parcerias significativas, no intuito de apresentar à sociedade respostas às suas demandas, observando em primeiro plano as competências

legais e área de atuação.

Além da citada integração institucional, salienta-se também como objetivo estratégico a adoção de atividades voltadas para a segurança dos usuários das rodovias federais localizadas no Amapá através, principalmente, do patrulhamento. A presença ostensiva da Polícia Rodoviária Federal nas rodovias faz parte de um conjunto de ações que visam apresentar soluções na área de segurança pública, tendo o enfoque principal a fiscalização de trânsito e, a partir deste, o desdobramento para a criminalidade.

A partir destes objetivos foram traçadas algumas estratégias de atuação às quais são comuns entre as unidades do DPRF em todo o Brasil, a fim de padronizar as diretrizes adotadas pela Direção-Geral do Departamento, respeitando as particularidades de cada região.

3- Estratégias de atuação

As estratégias para consecução dos objetivos da unidade durante o ano de 2009 foram as seguintes:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Intensificação nas ações de combate à criminalidade;
- Melhoria da infraestrutura administrativa e operacional

3.1- Análise do mapa/plano estratégico

A definição de tais objetivos se deu a partir da análise de qual seria o principal sentido da existência da Polícia Rodoviária Federal, pois, várias são as atribuições desempenhadas pelo órgão, entretanto, quando se trata de eleger uma ação como principal numa conjuntura de variadas atividades consideradas essenciais para a sociedade, há que se fazer uma valoração daquilo que o público alvo teria como mais importante, o que recai no direito à vida.

Na mesma linha de entendimento, extraiu-se, como que de segunda maior importância na linha de valores humanos, a preservação da integridade física da pessoa. A partir dessa análise, foi delineada a primeira estratégia a ser adotada no exercício 2009, pois para a valorização da vida e da integridade física das pessoas havia necessidade de se fazer um trabalho contínuo de redução de acidentes como foco principal, o que também culmina em outros resultados reflexos, sejam patrimoniais, sejam sociais.

A implementação de ações preventivas voltadas para redução de acidentes e mortes nas rodovias por si só já é responsável pela minimização de outras ocorrências, principalmente aquelas voltadas para o campo da criminalidade. A presença constante da Polícia Rodoviária Federal exercendo o patrulhamento ostensivo preventivo nas rodovias federais, através de rondas em viaturas caracterizadas demonstra isso.

Nesse sentido é que a unidade projetou alcançar os resultados almejados pelo programa 0663 (Segurança pública nas rodovias federais), focada prioritariamente na redução de acidentes e mortes e por via indireta no combate à criminalidade.

Entretanto, para obtenção de êxito nas ações operacionais planejadas pelo Distrito se faz necessária a melhoria das condições estruturais existentes, eis que muitas são as adversidades enfrentadas, algumas das quais podem ser equacionadas com a modernização de sistemas,

implementação de tecnologias avançadas, aquisição de veículos, dentre outros. Outras, porém, dependem diretamente da mudança de comportamento humano, o que é remetido ao necessário envolvimento do aparato governamental como um todo, pois envolve outros fatores, principalmente educação.

Daí a necessidade de adoção de medidas de melhoria da infraestrutura administrativa e operacional, principalmente no que tange à manutenção das atividades de policiamento.

Após análise da adoção das decisões estratégicas, as quais foram pautadas também na prática que já vinha sendo exercida em anos anteriores não somente no Estado do Amapá, mas em todo o Brasil, pois constitui uma política nacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, serão descritas as medidas adotadas e as dificuldades de execução.

3.2- Plano de ação

Estratégia 1: Diminuição de acidentes e mortes nas rodovias

Medida adotada 1: Utilização de cartão programa para fiscalização de pontos críticos.

Uma das premissas utilizadas no planejamento das operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade dos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos das rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização que, através do banco de dados da PRF e do Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programando o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana

Dificuldades encontradas: Falta de efetivo

O ano de 2009 iniciou e terminou com o efetivo inalterado, ou seja, de 31 (trinta e um) policiais. Ocorre que no transcorrer do exercício várias são as atividades (cursos, instruções, participações em reuniões, etc) que demandam deslocamentos de PRF's, além disso, a própria natureza humana se encarrega de afastamentos por problemas de saúde, e outros mais que interferem no andamento normal das atividades diárias.

Por esses motivos, é comum a redução do número de policiais nas equipes de plantão, e considerando a necessidade da permanência constante de um servidor para atendimento das chamadas de rádio, telefone e atendimento ao público, o efetivo disponível para realizar o serviço de ronda em pontos críticos fica mais reduzido, tornando a atividade desaconselhável por questões de segurança. Diante dessa dificuldade que não é incomum, os policiais ficam limitados a fazer fiscalizações em frente ao posto fixo, não utilizando o cartão programa e deixando de fiscalizar os pontos críticos.

Por outra vertente, registra-se que o posto de fiscalização fica localizado na saída da cidade de Macapá para o interior do Estado, e quando os condutores percebem a presença da fiscalização logo na saída da cidade, saem, em sua maioria, predispostos a cometer os mais variados

tipos de infração ao longo das rodovias, o que muitas vezes resulta em acidentes.

Um outro aspecto a ser observado é a extensa malha viária sob circunscrição da Polícia Rodoviária Federal no Estado, isto é, um total de 1121km de rodovia, o que, se distribuído ao número médio de policial por plantão perfaz uma média de 280,25 Km de rodovia para ser fiscalizada por um PRF, o que certamente não é razoável.

Para contrapor à realidade vivida no Estado basta fazer uma análise do projeto PRONASCI (programa nacional de segurança com cidadania), do Ministério da Justiça, no qual a Polícia Rodoviária Federal está inserida e apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil, tendo como ideal a fiscalização de 50km de rodovia para cada base de apoio. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas às necessidades mais específicas de policiamento.

Comparando a proposta de fiscalização das rodovias apresentada para execução do referido projeto com o quantitativo de policiais no Estado e quilômetros a serem fiscalizados, realmente induz ao pensamento de que a realidade aqui presenciada está muito distante do ideal.

Cumprir registrar que o déficit existente no efetivo da regional não constitui uma novidade, pois tem sido objeto de análise nos últimos relatórios apresentados, restando à regional a otimização da quantidade de servidores disponível.

Contudo, mesmo diante da escassez de recursos humanos para atingimento das metas estabelecidas para o período foi possível a diminuição do número de acidentes, mortos e feridos nas rodovias federais do Estado durante o exercício 2009, que será detalhado na avaliação dos resultados alcançados.

Medida adotada 2: Expedição da Portaria nº 30 /DG/DPRF

O Governo Federal, por meio de suas ferramentas gerenciais (Plano Plurianual – PPA, Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN), bem como os órgãos de controle (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União, por exemplo), têm exigido dos gestores públicos o estabelecimento de metas em suas áreas finalísticas, de forma a atender aos princípios da eficiência, da eficácia e da economicidade.

O Departamento em resposta a tais exigências expediu a Portaria nº 30/DG/DPRF/2009, que estabelece indicadores de desempenho para as regionais e define a política da atividade finalística.

O artigo 1º da referida norma, repassa para as Unidades Regionais da PRF os indicadores previstos para o programa 0663 (Segurança Pública nas Rodovias Federais) do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), bem como o produto previsto para a ação 2723 (Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais). Os indicadores previstos para o programa são: Percepção de segurança, Taxa de Variação de Acidentes e Taxa de Mortalidade. O produto da ação 2723 – Procedimentos de fiscalização – foi transformado em indicador para as Regionais.

Os artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º definem os critérios de implementação da nova metodologia. Esses artigos são a pedra de toque da Portaria. Vale ressaltar que a meta global foi distribuída às Unidades desconcentradas considerando a capacidade operacional de cada uma, bem

como os registros dos dados históricos de fiscalização dos últimos cinco anos.

Ao longo dos anos o DPRF tem promovido iniciativas no sentido de melhorar a gestão da atividade finalística. E como resultados destacam-se as principais ferramentas instituídas:

a) Sistema Datatran – arquivo consolidado de dados de acidentes de trânsito rodoviário, de onde se extrai diversas informações, tais como locais, dias da semana e horários em que ocorreram as maiores concentrações de acidentes, adicionando-se a tais informações as causas presumíveis e os fatores que contribuíram para a ocorrência dos acidentes, propiciando a análise e estudo dos acidentes para uma ação que saiu do campo da reação para o campo preventivo.

b) Cartão Programa de Policiamento – ferramenta gerencial e de execução, visa dar efetividade à análise proveniente da extração de dados do sistema Datatran, otimizando os meios já existentes nos postos de fiscalização. Ferramenta que permite ao gestor regional programar as equipes de serviço de modo a dispô-las nos locais estratégicos como forma a se prevenir ocorrência de acidentes de trânsito.

c) Projeto Unidades de Apoio ao Cidadão – Unaci/Pronasci – um complexo estudo científico já aprovado e referendado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e pelo TCU – Acórdão Nº 353, publicado no DOU em 28 de março de 2006, cujo estudo visa dar nova formatação operacional, conferindo nova metodologia de distribuição geográfica aos postos de fiscalização e viaturas ao longo dos quase 66.000 quilômetros de rodovias federais no país.

Esses projetos por si só não são garantia de sucesso e alcance dos objetivos institucionais. Portanto, para promover a redução do alto índice de acidentalidade e mortalidade no país, sempre que necessário, deve-se alterar a forma de trabalho, a conduta do policial no trato com o público e com a coisa pública, o comportamento policial no que se refere à padronização dos procedimentos e encaminhamentos dos diversos tipos de eventos que ocorrem na rotina policial, seja na área de trânsito, seja na área do combate ao crime. Assim sendo, visando instituir uma ferramenta motivacional e gerencial, que permitisse essa mudança de conduta e do comportamento policial, na qual se pudessem agregar fatores que facilitassem a melhoria da eficiência institucional, nos idos de 2002 a Avaliação de Desempenho Operacional.

A avaliação de desempenho procurou equilibrar, com pesos e contrapesos, cada indexador (prisão, atendimento, etc.) através dos aspectos relacionados com a relevância do evento acontecido na rodovia ou da ação policial, levando em consideração o tempo gasto com a execução da demanda, com os riscos, com a quantidade de ocorrências de cada fator (trânsito ou crime), de forma a compensá-los dentro do universo dos fatos. Dessa forma procurou-se conciliar o perfil do policial com os objetivos institucionais de forma a direcionar o alinhamento estratégico.

Contudo, na implementação do controle dos resultados operacionais, com o fim de promoção de ações corretivas, verificou-se a dificuldade na consolidação dos dados, em nível nacional. A portaria 30 sanou esse problema na medida em que descentralizou o controle, de forma que o Departamento, por meio da Coordenação-Geral de Operações – CGO, passou a controlar apenas os resultados das regionais, metas de redução de , mortos, procedimentos de fiscalização e aumento da percepção de segurança, conforme estabelecido no plano plurianual – PPA. As Superintendências e Distritos passaram a controlar os resultados e desempenho dos policiais, podendo inclusive as Regionais estabelecerem outros indexadores, pesos e contrapesos, conforme as peculiaridades de cada localidade.

Portanto, os critérios para avaliação de desempenho individual, no quesito produtividade, que era regulado pelo comando central, passou a ser incumbência dos Dirigentes Regionais. Obviamente, o ato baixado pelo Chefe da Unidade deve alinhar-se a filosofia da Portaria 30, qual seja: foco em ações preventivas, melhor qualificação das abordagens policiais, principalmente no absoluto respeito à dignidade do cidadão fiscalizado. A abordagem policial que na grande maioria das vezes é efetuada em cidadãos de bem deve efetivamente apresenta-se como oportunidade de educação, mesmo em face de autuação por infração cometida, de modo a contribuir para a mudança de comportamento do motorista brasileiro, buscando um trânsito mais seguro.

A citada Portaria efetivamente baixa diretrizes para ações preventivas, tendo seu principal elemento de consecução as abordagens/fiscalização, as quais, obviamente devem ser registradas até como forma de comprovação para os órgãos de controle do esforço envidado pelo Departamento para atingimento das metas institucionais, bem como para aferir a qualidade do trabalho realizado.

Dificuldades encontradas: Movimento Nacional

Houve um movimento nacional liderado pela Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, demonstrando desagrado com a expedição da Portaria 30/DG/DPRF, pois a entidade de classe entendeu que a mesma estaria tornando o trabalho do policial moroso e ineficiente.

A Coordenação Geral de Operações expediu documento destinado a todas as unidades regionais, mas focada principalmente nos policiais da atividade finalística da PRF, onde esclareceu os objetivos da citada norma, enfatizando sua vinculação às metas estabelecidas para o DPRF no Plano Plurianual, demonstrando, com isso, a importância da ferramenta na melhoria da avaliação dos resultados obtidos pela instituição.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal ressaltou que está aberto ao diálogo com os Sindicatos e Federação, e que entende que qualquer proposta de alteração da Portaria a fim de ajustá-la tem que ser guiada pelos princípios que regem a Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

Referido instrumento ainda está em fase de ajustes, e apesar de ter entrado em vigor somente no segundo semestre de 2009, seus resultados puderam ser observados nos demonstrativos de desempenho operacional correspondentes e certamente será um grande aliado para a avaliação de desempenho dos exercícios vindouros.

Estratégia 2: Intensificação nas ações de combate à criminalidade

Medida adotada 1: Capacitação de Policiais Rodoviários Federais

Um dos fatores motivadores para o trabalho de combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Nesse sentido a unidade realizou durante o exercício 2009 cursos de técnicas de emprego de arma de fogo na atividade policial, condução policial segura e uso do etilômetro relacionado aos crimes de trânsito, os quais tiveram momentos de aulas teóricas e treinamentos

práticos, o que proporciona mais segurança para a atuação do PRF.

Medida adotada 2: Composição do Núcleo de operações Especiais

Em função da flagrante desproporção existente entre a malha viária do Estado e o número de policiais lotados na regional, a população radicada nas áreas mais distantes da região urbana do Estado sofre com a falta de policiamento constante nas rodovias. Diante da impossibilidade de manter a presença permanente em trechos onde se observa maior índice de criminalidade, a unidade recompôs o Núcleo de Operações Especiais, que após algumas atividades no exercício anterior foi desativado devido a falta de policiais para continuidade das atividades.

Nas Superintendências, que têm estruturação privilegiada em relação aos Distritos, o Núcleo de Operações Especiais é diretamente vinculado ao Chefe da Unidade e tem suas ações planejadas de acordo com a demanda apresentada, o que dá certa mobilidade ao trabalho operacional, visto que constitui uma espécie de reforço para ações determinadas.

A utilização desse artifício no Distrito percorre um caminho inverso, pois não serve exatamente para reforçar o policiamento já existente, mas para executar o papel rotineiro da PRF em locais onde ela não está se fazendo presente da forma como deveria.

Dificuldades encontradas: Falta de efetivo

O reduzido quadro de recursos humanos disponível, principalmente policiais, foi decisivo para o insucesso da medida adotada. Questão já comentada em tópicos anteriores.

Estratégia 3: Melhoria da Infraestrutura Administrativa e Operacional

Medida adotada 1: Reforma dos Postos de Fiscalização

A busca de melhorias nas instalações físicas dos postos visa contribuir para a eficiência e eficácia da estrutura organizacional da instituição, propiciando um melhor atendimento das demandas tanto do público interno como do externo.

E para adoção de um modelo que atenda requisitos mínimos de segurança, conforto e padronização da instituição PRF, o Departamento, através da Divisão de projetos e Infraestrutura, estabeleceu a realização de licitações para contratação de empresas especializadas em confecção de projetos, a fim de que os postos mais antigos tivessem suas estruturas readequadas.

Dificuldades encontradas: Empresas com cadastramento vencido no SICAF

No Estado do Amapá há grande dificuldade com realização de licitações públicas, o que se percebe em qualquer tipo de aquisição que há de ser feita, seja de bens, seja de serviços, pois as empresas em sua maioria não mantêm a regularização devida junto ao INSS, Receita Federal, Prefeituras, dentre outros. Tal fato ocasiona falta de habilitação das mesmas nos procedimentos licitatórios ou até mesmo a ausência de participação.

A Unidade vem se empenhando para minimizar as contratações diretas, pois deveriam ser uma prática excepcional, mas a dificuldade em licitar tem se mostrado tamanha que obriga certas vezes o Administrador a contratar diretamente, com vistas a não ter sua gestão prejudicada.

4. Programas sob a responsabilidade da unidade

4.1. Descrição dos Programas, suas ações e indicação da área da unidade responsável:

Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais;

- Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- Ação 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
Gestão do Núcleo de Administração de Pessoal - Responsável: Aldo Balieiro Machado
- Ação 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
- Ação 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
- Ação 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
- Ação 86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal
- Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais
Gestão do Núcleo de Policiamento e Fiscalização - Responsável: Marcelo Jerffeson Barbosa Oliveira
- Ação 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
Gestão do Núcleo de Inteligência – Responsável: Amadhonnis Pereira dos Santos
- Ação 4641 Publicidade de Utilidade Pública
Gestão do Núcleo de comunicação Social - Responsável: José Maria Nascimento Silva
- Ação 8703 – Atividade Correicional
Gestão do Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos - Responsável: Klebson Sampaio do Nascimento

Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal;

- Ação 1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
Gestão do Núcleo Administrativo e financeiro – Responsável: Raimundo Nonato Corte Costa
- Ação 1835 – Implantação de sistemas de Tecnologia da Informação
- Ação 8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação
Gestão do Núcleo de Telemática – Responsável: Raimundo Nonato Corte Costa

Programa 0750 – Apoio Administrativo;

- Ação 2000 – Administração da Unidade
Gestão do Núcleo Administrativo e Financeiro – Responsável: Raimundo Nonato Corte Costa

Programa 1463 – Qualidade dos serviços de transporte;

- Ação 2346- Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros;
- Ação 2347 – Fiscalização dos serviços de Transporte Rodoviário de Carga
Gestão do Núcleo de Policiamento e Fiscalização – Responsável: Marcelo Jerffeson Barbosa Oliveira

4.1.1. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

Ações orçamentárias do programa que tiveram a participação do 4º Distrito em 2009:

4.1.1.1 - Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Dados Gerais

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Aldo Balieiro Machado

Visando o aprimoramento da qualidade de vida dos servidores foi instituindo durante o exercício 2009 o serviço de atendimento psicossocial, intitulado PROSSERV (Projeto Servidor Saudável, Escolha Racional Viável), com o propósito de promover a saúde integral dos servidores (bem estar físico, mental, social, emocional e espiritual) no âmbito do DPRF.

Na primeira ação de acompanhamento e orientação acerca da saúde do servidor, foram atendidos 36 servidores ativos (72%) e, buscou-se conscientizar a importância da saúde preventiva, com a introdução sistemática de mudança de hábitos como atividades físicas, alimentação saudável, etc, visando construir uma cultura do bem-estar (físico, mental, social, espiritual) que deverá se repetir a cada ano, para que se possa visualizar um servidor efetivamente mais saudável.

Não houve execução de recurso desta ação na regional.

4.1.1.2- AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Dados gerais

Tipo	Atividade
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Aldo Balieiro Machado

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	R\$ 0.00
Total:	R\$ 0.00
Despesas – Custeio	
Natureza	Valor
Desnesa com diária PRF - fim	R\$ 12 732 16
Desnesa com diária PRF - meio	R\$ 2 566 70
Desnesa com passagem aérea PRF - fim	R\$ 5 757 76
Desnesa com passagem aérea PRF - meio	R\$ 4 449 11
Desnesa com formação de pregoeiro	R\$ 1 690 00
Total:	R\$ 27 195 73

No decorrer do exercício foram executadas ações de capacitação na própria regional, por instituições parceiras, além de cursos gerenciados pela Coordenação de Ensino para os servidores, conforme a seguir:

NOME DO EVENTO	PARTICIPANTES	TOTAL
----------------	---------------	-------

Pregoeiro – promovido pela empresa Treide em parceria com a Justiça Federal	PRF	01
Uso do Etilômetro e crimes de trânsito –	PRF's	30
Técnicas de Emprego de Armas de Fogo na Atividade Policial	PRF's	19
Manutenção das Armas de Fogo e Guarda de Amamento	PRF's	3
Condução Veicular Segura	PRF's	28
Curso de Policiamento e Fiscalização – Atualização Policial II	PRF's	12
Curso de Atualização em Levantamento de Locais de Acidente – Atualização Policial IV	PRF's	10
Curso básico de inteligência - promovido pela ABIN	PRF's	2
Curso de processo administrativo disciplinar - promovido pela ESAF	PRF's	4
Curso de gestão – gerenciado pela COEN	PRF's	1
Curso de Acidentologia – gerenciado pela COEN	PRF's	1

Ação de capacitação visando o concurso para Policial Rodoviário Federal 2008:

O Distrito disponibilizou dois instrutores durante o exercício 2009 para ministrar aulas nas disciplinas fiscalização de produtos perigosos e condução veicular, no curso de formação de Policial Rodoviário Federal, ocorrido no Estado do Pará. Enviou ainda um servidor para participar nos centros de formação dos Estados do Mato Grosso do Sul e Ceará, na qualidade de orientador, o que contribui com a qualidade dos novos servidores que irão compor o quadro do DPRF/MJ, além de ser um reconhecimento da capacidade técnica dos servidores que compõem o quadro da regional.

Como parte da ação de capacitação, mas voltado especificamente para a saúde dos alunos do curso de formação, foram disponibilizados dois policiais que tem formação em medicina, a fim de que pudessem prestar auxílio durante a realização da etapa de formação de policiais rodoviários federais, ocorrida em Belém-PA.

4.1.1.3- AÇÃO: 4572 Capacitação de servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais

Tipo	Ação orçamentária - Direta
Finalidade	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local	Aldo Balieiro Machado

Visando incluir todos os servidores do Distrito no processo de melhoria da qualidade

dos serviços prestados ao público, foram ministrados alguns cursos com a participação dos servidores do quadro administrativo, quais sejam:

NOME DO EVENTO	PARTICIPANTES	TOTAL
Fiscalização ambiental	PRF's e ADM's	23
Crimes de Trânsito	PRF's e ADM's	23
Direitos Humanos	PRF's e ADM's	23
Treinamento em atendimento pré-hospitalar	ADM's	1

Não houve execução de recurso desta ação na regional.

4.1.1.4-AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcelo Jerfeson Barbosa de Oliveira

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00
Despesas – Custeio	
Natureza	Valor
Despesa com diária operacional	R\$ 10.927,10
Despesa com passagem aérea	R\$ 384,75
Despesa com manutenção de VTR	R\$ 93.230,34
Despesa com combustível	R\$ 79.624,74
Despesa com aqui kit manutenção de armas	R\$ 515,54
Despesa com aqui perfurador de pneu	R\$ 745,00
Despesa com aquisição de EPI	R\$ 2.930,00
Despesa com aqui mat. sinalização	R\$ 850,00
Total:	R\$ 189.207,47

O 4º Distrito Regional tem sob sua circunscrição uma malha viária de 1121 quilômetros em trechos das BR's 210 (Macapá/Serra do Navio) e 156 (Laranjal do Jari/Oiapoque), onde são desenvolvidas as atividades afetas à área operacional, sendo que para isso dispõe dos postos de Macapá, Oiapoque e uma unidade de apoio no Município de Tartarugalzinho.

Dentro das diretrizes adotadas para o exercício 2009 o desenvolvimento das atividades finalísticas foi baseado no constante e ininterrupto policiamento ostensivo, cabendo destacar algumas operações relacionadas ao policiamento das rodovias federais, as quais foram focadas prioritariamente na fiscalização de trânsito:

Operação Carnaval, Operação Semana Santa, Operação Tiradentes, Operação Dia do Trabalho, Operação Corpus Christi, Operação Férias Escolares, Operação Independência, Operação Nossa Senhora Aparecida, Operação Finados, Operação Proclamação da República e Operação Fim de Ano.

O objetivo comum de tais operações foi exercer o policiamento nas rodovias sob circunscrição da Polícia Rodoviária Federal, priorizando a segurança e livre circulação no trânsito, com intensificação da prevenção e repressão da embriaguez ao volante, fiscalização do transporte de cargas (Convênio ANTT), redução nos índices de acidentes e vítimas, bem como desenvolver ações no combate à criminalidade.

Os resultados operacionais obtidos na gestão desta ação, foram os seguintes:

Resultados das atividades realizadas	
Veículos Fiscalizados	592
Veículos recuperados	1
Veículos retidos	1
Autos de Infração emitidos	196
Pessoas fiscalizadas	758
Prisão de pessoas em flagrante	13
Testes de etilômetros realizados	38
Multas por embriaguez	4
Prisão por embriaguez	1
Acidentes atendidos	8

Auxílios a enfermos	3
CRLV's recolhidos	5
CNH's recolhidas	3

Devido à natureza do serviço, no exercício de suas atribuições, o Policial Rodoviário Federal se depara com as mais variadas situações diariamente, seja no atendimento de acidentes, socorro à vítimas, fiscalização de trânsito, combate à criminalidade, dentre outros. E, para enfrentamento de demanda, tem que suportar condições climáticas adversas, trafegar por trechos de rodovia sem pavimentação, iluminação e sinalização, dentre outras dificuldades que surgem no cotidiano.

Para viabilizar melhor dinâmica na atividade operacional é necessária a utilização de viaturas conservadas e equipadas com cones de sinalização e lanternas. Além disso, os policiais devem ter boa apresentação, pois representam a instituição onde quer que estejam prestando atendimento, portanto, precisam de uniforme apropriado para suportar o desgaste diário causado por todas as atividades desenvolvidas.

No ano de 2009, o 4º Distrito Regional, manteve o custo médio de manutenção com viaturas, mantendo-as em boas condições de utilização na atividade fim, adquiriu equipamentos de sinalização para utilização em operações de fiscalização, adquiriu uniforme para todo o efetivo policial, além de ter investido na aquisição de equipamentos de proteção individual para prevenir a contaminação dos policiais pelo vírus H1N1.

Como resultado do curso de capacitação de técnicas de emprego de arma de fogo e manutenção de armas de fogo, se fez necessária a aquisição de kit's para manutenção das armas de uso pessoal e de uso coletivo, o que servirá para manter os equipamentos em condição adequada de pronto emprego.

Em atenção as peculiaridades das ações desenvolvidas pela instituição, cumpre observar que visando a continuidade de operações, e como em grande parte destas o lapso temporal reside no fim de semana e feriados (ex. Operação Carnaval, Operação Semana, etc), ocorreram pagamentos e/ou prorrogação de diárias com início ou término em finais de semana e/ou feriados.

4.1.1.5-AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões	DPRF

estratégicas	
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local	AMADHONNIS PEREIRA DOS SANTOS

Apesar de não ter executado recursos desta ação, a regional realizou duas operações de inteligência visando subsidiar futuras ações, a saber:

- Operação Mapear;
- Operação específica solicitada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

4.1.1.6-AÇÃO: 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CAMARA
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcelo Jerfeson Barbosa de Oliveira

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	R\$ 0.00
Total:	R\$ 0.00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
Despesa com aquisição de reagentes	R\$ 930.00
Total:	R\$ 930.00

Em parceria com o SEST/SENAT foram realizados 04 (quatro) comandos de saúde na

rodovia, os quais consistem em campanhas de cunho preventivo e educativo, dirigidos preferencialmente aos profissionais do volante (aqueles que trabalham conduzindo veículos de transporte de cargas e/ou passageiros) que exercem suas atividades nas rodovias e estradas federais, objetivando a minimização de acidentes.

O quadro abaixo demonstra o público-alvo alcançado com as ações realizadas:

Período do ano	Nº de condutores atendidos
Março	40
Junho	75
Setembro	61
Novembro	92

Nas ações voltadas para a saúde dos profissionais do volante são realizados exames de glicemia, verificação de pressão arterial, teste de acuidade visual e força motriz, atendimento odontológico, massagem relaxante, distribuição de panfletos orientativos sobre tabagismo, alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, números de disque-denúncia e outros julgados importantes por ocasião do evento.

Sabe-se que grande parte dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias brasileiras tem envolvimento de profissionais do volante, normalmente causados pelo excesso de horas trabalhadas durante o dia, o que reflete na variação dos parâmetros normais de saúde do indivíduo como nível de estresse, diminuição do reflexo, aumento de pressão arterial, dentre outros, alguns dos quais os tornam potenciais candidatos à morte súbita.

Os Comandos de saúde nas rodovias são realizados de forma a detectar e alertar os condutores de veículos sobre alterações nos parâmetros de saúde que podem prejudicar ou impedir a condução de veículos automotores. Além disso, os formulários de preenchimento obrigatório são confeccionados de forma que se faça a obtenção de indicadores estatísticos acerca do perfil de saúde dos motoristas.

A fim de assegurar a realização dos exames mínimos indicados nos referidos formulários, o Núcleo Administrativo e Financeiro adquiriu com recurso desta ação reagentes químicos para serem utilizados em análise de testes de glicemia.

4.1.1.7- AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de

	ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcelo Jerffeson Barbosa Oliveira

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	R\$ 0.00
Total:	R\$ 0.00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
Despesa com diárias e operações especiais	R\$ 8.861.91
Despesa com passagem para operações	R\$ 3.692.25
Total:	R\$ 12.554.16

Na ação de combate ao crime nas estradas e rodovias federais o Departamento de Polícia Rodoviária Federal adotou a estratégia de realizar operações regionalizadas, que visam ao mesmo tempo combater a criminalidade existente em determinado Estado e capacitar de forma prática policiais de outras regionais no combate à criminalidade em situações específicas.

As operações foram desenvolvidas de forma a prevenir e reprimir os mais variados tipos de crime, mas principalmente aqueles que ocorrem pontualmente em determinada regional. Nesse sentido 04 (quatro) servidores desta unidade foram designados para atuarem em ações programadas para o Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rondônia, os quais participaram diretamente das atividades de combate ao crime, o que contribui com a melhoria da capacidade técnica dos policiais, que certamente estão melhor treinados para enfrentar situações semelhantes que possam vir a surgir no Estado do Amapá.

Somado a isso, operações locais foram realizadas objetivando a minimização de ocorrências relacionadas ao crime, além do que, a presença constante da Polícia Rodoviária Federal com rondas rotineiras no trecho já faz parte da estratégia inibidora da ação daqueles com pretensão de delinquir.

A seguir resultado operacional das atividades desenvolvidas na gestão desta ação:

Resultados das atividades realizadas	
Veículos Fiscalizados	228
Veículos retidos	3

Autos de Infração emitidos	28
Prisão de pessoas em flagrante	1
Auxílios a usuário	1

A contribuição do Núcleo Administrativo e Financeiro nesta ação se restringiu ao pagamento de diárias e aquisição de passagens aéreas.

4.1.1.8- AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local	Raimundo Nonato Corte Costa

O gestor local desta ação manteve contato direto com a imprensa do Estado do Amapá, divulgando *releases* e informações referente à atuação da Polícia Rodoviária Federal em nível local e nacional.

4.1.1.9 - AÇÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às

	JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	Jerry Adriane Dias Rodrigues
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcelo Jerfeson Barbosa de Oliveira

Recurso de multa		
Descrição	2008	2009
Autuados no sistema	501	586
Julgados	466	467
Demanda reprimida	35	119
Autos Cancelados	64	105
Transferência de responsabilidade		
Autuados no sistema	93	39
Deferidas	87	17
Demanda reprimida	6	22
Apresentação de condutor		
Infratores identificados	6	17

Não houve execução de recurso desta ação na regional.

4.1.1.10 - Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino

Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcelo Jerffeson Barbosa Oliveira

Ações realizadas pela unidade na gestão desta ação:

Ação	Local	Público Alvo	Quantitativo
Capacitação de legislação de trânsito	Guarda Municipal	Guardas Municipais	60
Palestra sobre direção defensiva	Corpo de Bombeiros Militar	Bombeiros Militares	40
Palestra sobre álcool e violência no trânsito	Centro de Atendimento à mulher e à família - CAMUF	Maridos autores de agressões no âmbito familiar	8
Palestra sobre prevenção do álcool e violência no trânsito	Centro de Atendimento à mulher e à família - CAMUF	Maridos autores de agressões no âmbito familiar	10
Palestra sobre faixa de pedestre e direitos do cidadão no trânsito	Centro de Atendimento à mulher e à família - CAMUF	Maridos autores de agressões no âmbito familiar	12
Palestra sobre Direção Defensiva	Empresa de ônibus União Macapá	Motoristas e demais funcionários da empresa	35
Palestra sobre Direção Defensiva	Empresa de ônibus Amazonur	Motoristas e demais funcionários da empresa	45
Palestra sobre Direção Defensiva	Eletronorte	Funcionários da empresa	58
Palestra sobre Direção Defensiva	PROJOVEM	Alunos do PROJOVEM da Escola Vera Lúcia	40
Palestra sobre Direção Defensiva	Empresa C.R. ALMEIDA	Motoristas e funcionários da empresa	28
Blits educativa	Rodovia Juscelino Kubistchek em Macapá	Condutores e transeuntes	180
Blits Educativa	Rua São José – centro da cidade	Condutores e transeuntes	200
Blits Educativa	Rodovia Salvador Diniz em Santana	Condutores e transeuntes	190
Blits Educativa	Posto PRF km 08, BR 210	Usuários da Rodovia	100
Atividades lúdicas	Macapá Shopping	Crianças e adolescentes	80

4.1.1.11 - Ação 8703 – Atividade Correicional

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	Cidenor Guerra
Responsável pela execução da ação no nível local	Klebson Sampaio do Nascimento

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	RS 0.00
Total:	RS 0.00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
Despesa com diária correicional	RS 3.531.63
Total:	RS 3.531.63

Procedimentos instaurados		
Descrição	2008	2009
Sindicâncias adm. investigativa	2	1
Sindicâncias adm. disciplinar	3	1
Processo adm. disciplinar	6	2
Procedimentos investigativos	3	2
Processos pendentes no fim do exercício	3	2
Ocorrências geradoras	11	6
Processos encam. para comissão de ética	2	-
Recursos administrativos julgados	1	1
Servidores capacitados em PAD	-	4
Cartas precatórias		
Expedidas	1	-
Cumpridas	1	1
Total	2	1
Penalidades aplicadas		
Advertência	2	1
Suspensão	2	-
Total	4	1
Acompanhamento gerencial de serviço		

Relatório de acompanhamento de serviço	10	84
Visitas aos postos e equipes de ronda	4	47
Comandos visitados	-	5
Servidores auditados	32	188
Reuniões correicionais	-	1
Visitas correicionais	1	11

Durante o exercício de 2009 foram instaurados (06) seis procedimentos administrativos novos e foi dado continuidade em (03) três processos administrativos do período anterior (2008), sendo que passaram para o exercício 2010 apenas (02) dois procedimentos já na fase de julgamento.

A Corregedoria Regional desenvolveu também atividades preventivas com o objetivo de minimizar as instaurações desnecessárias para a Administração, o que acarreta ônus e desgaste funcional, em continuidade ao projeto corregedoria participativa, onde os próprios servidores participam do processo de gerenciamento das atividades de prevenção, através do AGS – Acompanhamento Gerencial de Serviço, o que ajuda na melhoria da qualidade do serviço e na diminuição da demanda correicional.

Na linha da Corregedoria Participativa se deu um maior acompanhamento, aumentando o número de visitas ao posto, as equipes de rondas, comandos e operações desenvolvidas nacionalmente e regionalmente, mostrando que a corregedoria e um parceiro a mais no desenvolvimento das atribuições inerentes ao DPRF.

Tivemos ao longo de 2009 o desenvolvimento de investigações preliminares e análise de cada situação, obtendo como resultado um número menor de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, que resultaram na aplicação de (01) uma advertência.

Foram utilizados nos procedimentos quase que a totalidade de servidores constantes no Banco de Talentos deste Distrito, não sendo necessário nenhum servidor de outra unidade do DPRF ou de outra Instituição.

Em relação as metas estabelecidas pela Corregedoria Geral, este Distrito, através de sua Corregedoria Regional, buscou o cumprimento de todas elas, inclusive conseguindo capacitar (04) quatro servidores para atuação em procedimentos administrativos disciplinares.

4.1.2 - Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

Ações orçamentárias do programa que tiveram a participação do 4º Distrito em 2009:

4.1..2.1 Ação:1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Dados gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local	Raimundo Nonato Corte Costa

Na gestão desta ação houve a realização do pregão eletrônico nº 01/2009, para contratação de empresa especializada na confecção de projetos para padronização dos postos, mas o certame restou deserto e não havia tempo para repeti-lo dentro do exercício, pois o prazo para empenho estava expirando. A Administração após análise de conveniência e oportunidade resolveu pela realização de novo certame, eis que a contratação direta inviabilizaria a competitividade entre as empresas e a análise de melhor proposta. Com isso, a regional aguardará a liberação orçamentária para o exercício 2010, a fim de retomar o procedimento.

Não houve execução de recurso desta ação na regional.

4.1.2.2- Ação: 1835 – Implantação de sistemas de Tecnologia da Informação

Dados gerais

Tipo	Ação Orçamentária Direta
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DITEL/CGPLAM/DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações/Nutel/NAF
Coordenação nacional da ação	Ednilson Bruno
Responsável pela execução da ação no nível local	Raimundo Nonato Corte Costa

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor liquidado
Aquisição de equipamentos	R\$ 20 145 11
Total:	R\$ 20 145 11
Despesas – Custeio	
Natureza	Valor liquidado
	R\$ 0 00
Total:	R\$ 0 00

Na gestão desta ação o Núcleo Administrativo e Financeiro fez investimentos para evitar a paralisação dos sistemas informatizados com as constantes quedas de energia elétrica que ocorrem no Estado, eis que tais sistemas constituem ferramentas indispensáveis de consulta e operacionalização de procedimentos na área policial.

Fez também investimentos em equipamentos de telefonia para implantação do sistema de telefonia digital, o que possibilitou a utilização do sistema de discagem direta a ramal (DDR), que atribui um número de telefone para cada ramal, não necessitando mais de uma pessoa contratada para transferir ligações, além de ter influenciado diretamente na diminuição do custo com o contrato de telefonia fixa.

Aquisições realizadas pela regional com recurso do programa
04 nobreak's 1300 VA
01 nobreak's 2000VA
01 servidor IBM X3200

06 monitores LCD 22"
01 watímetro
01 terrômetro
01 frequencímetro
02 rádios transceptores banda alta
03 duplexadoras VHF banda baixa
10 estações de trabalho
14 telefones VOIP
03 Adaptadores (telefone analógico)
01 placa VOIP E1
01 placa GSM interface celular
03 notebooks
02 nobreak's de 1400VA

4.1..2.3-Ação:8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Dados gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenação nacional da ação	Ednilson Bruno
Responsável pela execução da ação no nível local	Raimundo Nonato Corte Costa

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor liquidado
	R\$ 0 00
Total:	R\$ 0 00
Despesas – Custeio	
Natureza	Valor liquidado
Despesa com telefonia fixa	R\$ 31 996 03
Despesa com telefonia móvel e conectividade	R\$ 9 918 24
Total:	R\$ 41 914 27

Na manutenção de sistemas foi renovado o contrato de serviço de telefonia fixa, e contratados os serviços de telefonia móvel, internet móvel e conectividade para os talonários eletrônicos.

Com o intuito de modernizar e minimizar os custos com o serviço de telefonia fixa, foi implantado o sistema de telefonia digital, o que acarretou na redução significativa dos custos do contrato. O próximo objetivo a ser alcançado com essa implementação é a disponibilização de recurso humano para outros fins, eis que após um processo de ampla divulgação dos ramais de comunicação externa, não se fará mais necessária a manutenção de uma pessoa especificamente para fazer transferência de ligações externas.

Contratação de serviço
Prorrogação do contrato de telefonia fixa
Contratação de serviço de telefonia móvel
Contratação de Internet móvel
Contratação de conectividade para EDA's

4.1.3 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

Ações orçamentárias do programa que tiveram a participação do 4º Distrito em 2009:

4.1.3.1 - Ação 2000 Administração da Unidade

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN

ou execução	
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local	Raimundo Nonato Corte Costa

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor liquidado
Aquisição de equipamento de informática	R\$ 2.892,00
Total:	R\$ 2.892,00
Despesas – Custeio	
Natureza	Valor liquidado
Diárias Administrativas – Direção Geral	R\$ 667,22
Diárias Administrativas - CGA	R\$ 3.044,06
Diárias Administrativas - CGRH	R\$ 2.350,99
Diárias Administrativas - RT	R\$ 21.728,43
Diárias Administrativas - CFP	R\$ 10.809,60
Diárias Administrativas	R\$ 19.994,21
Passagens aéreas adm. - Direção Geral	R\$ 2.471,31
Passagens aéreas adm. - CGA	R\$ 2.711,72
Passagens aéreas adm. - CFP	R\$ 872,86
Passagens aéreas adm. - CGRH	R\$ 1.653,36
Passagens aéreas adm RT	R\$ 26.112,68
Despesas com estagiários	R\$ 3.240,00
Despesa com gêneros alimentícios	R\$ 5.712,00
Despesa com material de expediente	R\$ 5.379,31
Despesas com material de informática	R\$ 4.755,80
Despesa com suprimento de fundo	R\$ 8.000,00
Despesas com contrato de limpeza	R\$ 154.999,92
Despesas com contrato de vigilância	R\$ 229.709,63
Despesa com seguro obrigatório de VTR's	R\$ 3.376,32
Despesa com energia elétrica	R\$ 28.899,29
Despesa com manutenção de equipamentos	R\$ 4.980,00
Total:	R\$ 541.468,71

A Ação Administração da Unidade do Programa de Apoio Administrativo, apesar de não constar na lista dos projetos prioritários da União na Lei Orçamentária Anual de 2009, é uma ação de grande importância para a eficiência e qualidade dos serviços prestados ao público, pois a boa gestão da atividade meio reflete diretamente na atividade fim, eis que a operacionalização das ações ostensivas dependem de manutenção da logística necessária.

Assim, quanto maior a produção com atendimento à acidentes, fiscalização de trânsito, combate à criminalidade, auxílio à usuários e outras atribuições, maior a necessidade de apoio logístico, o que engloba, na Polícia Rodoviária Federal, a impressão de boletins de acidente, processamento de notificações, manutenção de comissões de análise de recursos, manutenção de sistemas *on-line* (sistema de multas, BR-Brasil, Intranet, Internet e outros), manutenção predial além de outras necessidades inerentes ao serviço prestado.

O recurso disponibilizado nesta ação é responsável pela manutenção dos contratos continuados indispensáveis ao funcionamento da atividade meio, inclusive com os custos de repactuações e possíveis reequilíbrios advindos destes compromissos. Além dos custos com os

contratos esta ação é responsável também por custear o material de expediente, material permanente e mobiliário para os postos e unidade administrativa do Distrito.

Na gestão desta ação o Núcleo Administrativo e Financeiro trabalhou no sentido de manter os contratos continuados existentes e contratar alguns serviços considerados prioritários pela Administração, na medida da liberação de recursos pelo Gestor nacional do programa, sempre com o intuito de viabilizar a melhoria do serviço prestado na atividade fim.

Os demonstrativos abaixo listam as contratações e prorrogações feitas pela unidade com recursos da ação de administração da unidade:

Contratações realizadas pela unidade com recursos do programa			
Número	Modalidade	Objeto	Resultado
001/09	Dispensa	Instalação de central de ar-condicionado	Contratado
002/09	Dispensa	Aquisição de água mineral	Contratado
003/09	Dispensa	Serviço postais e telegráficos	Contratado
004/09	Inexigibilidade	Fornecimento de energia elétrica	Contratado
005/09	Inexigibilidade	Licenciamento de viaturas	Contratado
006/09	Registro de preço	Aquisição de nobreak's	Contratado
007/09	Registro de preço	06 Monitores LCD 22"	Contratado
Contratos e convênios prorrogados com recursos do programa			
Número	Vigência	Objeto	
001/09	01/01/10 a 31/12/10	Vigilância Armada Oiapoque	
002/09	01/01/10 a 31/12/10	Serviço de fornecimento de Passagem Aérea	
003/09	01/01/10 a 31/12/10	Vigilância Armada Sede	
004/09	01/01/10 a 31/12/10	Conservação e limpeza	
005/09	01/01/10 a 31/12/10	Contratação de estagiários	

4.1.3.2 - Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA

Responsável pela execução da ação no nível local	Aldo Balieiro Machado
--	-----------------------

Na gestão desta ação a unidade recebeu a visita da Junta Médica Nacional para realizar perícia em servidores lotados no Distrito que estavam com prolongado tempo de afastamento, o que remete a um acompanhamento mais minucioso a fim de dar o devido encaminhamento em cada caso, seja a prorrogação do afastamento, seja o retorno às atividades ou mesmo a indicação de aposentadoria.

4.1.4. Programa 1463 – Qualidade dos serviços de transporte

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes
Público Alvo	Usuários de transporte de carga e de passageiros
Órgão responsável	Ministério dos Transportes

Ações orçamentárias do programa que tiveram a participação do 4º Distrito em 2009:

4.1.4.1 - Ação 2346 - Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros

Dados Gerais

Tipo	Ação orçamentária - Direta
Finalidade	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas pela verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor. Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor.
Descrição	Promoção de licitações e atos de delegação de permissão ou autorização dos serviços e ainda permanente fiscalização da prestação do serviço delegado, visando coibir o transporte irregular, aplicando penalidades, procedendo à revisão de tarifas e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFT/CGO/DPRF/MJ
Coordenador nacional da ação	ANTT
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcelo Jerffeson Barbosa de Oliveira

As ações 2346 e 2347 serão tratadas conjuntamente, tendo em vista a correlação das atividades relacionadas e a integração dos objetivos propostos nos serviços desempenhados por esta Regional.

4.1.4.2 - Ação 2347- fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de cargas

Dados Gerais

Tipo	Ação orçamentária - Direta
------	----------------------------

Finalidade	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas pela verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor.
Descrição	Avaliação do grau de atendimento do usuário e do seu nível de satisfação, estruturação dos custos dos transportes/tarifas, manutenção de banco de dados atualizado do setor, realização de estudos, relatórios e pareceres técnicos para subsidiar a formulação de políticas, planos e programas, visando à tomada de decisão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFT/CGO/DPRF/MJ
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução do Distrito	Núcleo de Policiamento e Fiscalização
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcelo Jerffeson Barbosa Oliveira

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor liquidado
Total:	R\$ 0,00
Despesas - Custeio	
Natureza	Valor liquidado
Despesa com diárias ANTT	R\$ 28.827,11
Despesa com passagem aérea ANTT	R\$ 3.430,41
Total:	R\$ 32.257,52

Como resultado do convênio firmado entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, com o objetivo de integração e atuação em comandos específicos de voltados à fiscalização de transporte de carga e passageiros, foram realizadas 05 (cinco) operações, que tiveram o objetivo específico de implementar reforço de policiamento e fiscalização do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas, que resultaram no seguinte:

Resultados das atividades realizadas	
Veículos Fiscalizados	420
Emissão de autos ANTT	5
Veículos recuperados	1
Veículos retidos	10
Autos de Infração emitidos	176
Armas apreendidas	2
Prisão de pessoas em flagrante	13
Testes de etilômetros realizados	62
Multas por embriaguez	3
Prisão por embriaguez	1
Auxílios a usuário	1
CRLV's recolhidos	38
CNH's recolhidas	8

Apesar do objetivo da ação ser voltado para a fiscalização de transporte interestadual de cargas, há que se observar que o policiamento ostensivo realizado pela PRF é sua marca característica e assim sendo, não há como desvincular tal atribuição quando da realização de outras atividades dentro das rodovias. Por esse motivo, é que se somam aos resultados das ações realizadas pelo convênio com a ANTT números relacionados ao trânsito e outros tipos de criminalidade. Registra-se que não poderia ser diferente pois o próprio policial se sente obrigado a agir quando presencia irregularidades.

A contribuição do Núcleo Administrativo e Financeiro na gestão desta ação se restringiu ao pagamento de diárias e aquisição de passagens aéreas.

5. Desempenho operacional

Praticamente a totalidade da literatura hodierna sobre segurança pública aborda a necessidade da polícia brasileira evoluir do seu caráter reativo para uma postura preventiva. Tais assertivas estão embasadas no argumento de que a violência (seja urbana, seja no trânsito) não é problema de polícia. É também problema da polícia, mas também é problema de cada indivíduo. É problema de todos, da comunidade, da sociedade. A própria Carta Magna preconiza que a segurança pública, embora seja direito, também é responsabilidade de todos.

Nesse sentido é urgente a necessidade de conscientização da sociedade de que realmente faça sua parte nesse processo de evolução, eis que grande parte das dificuldades encontradas para prestação de uma efetiva segurança pública, principalmente quando de se trata de acidentes de trânsito, depende da ação ou da omissão dos usuários, que são, ora vítimas, ora causadores dos sinistros.

O 4º Distrito Regional durante o exercício de 2009 vivenciando essa nova tendência de trabalho preventivo já pôde colher os frutos da semente disseminada, o que se observa no quadro abaixo, o qual demonstra diminuição nos números referentes às atividades repressivas, mas acompanhado de diminuição de acidentes e mortes nas rodovias, vejamos:

Ano	Veículos fiscal.	Veículos retidos	Multas	CNH's retidas	Armas apreend.	Acidentes	Nº feridos	Nº mortos	Pessoas detidas	Efetivo
2007	22965	273	4628	202	11	151	160	12	94	38
2008	23159	268	5406	152	30	156	162	11	191	32
2009	15479	120	3865	148	16	145	163	10	188	32

Analisando os números apresentados observa-se que houve uma diminuição nos números absolutos de acidentes e mortos com relação aos exercícios 2007 e 2008, resultado alcançado com a realização de várias atividades, mas principalmente àquelas voltadas para a educação e conscientização dos condutores e pedestres sobre o valor da vida.

A presença ostensiva da PRF nas rodovias por si já é primordial no trabalho de prevenção, o que somado a campanhas realizadas em parceria com outras instituições (DETRAN, Secretaria de Saúde do Estado, Empresa Municipal de Transportes Urbanos, SEST/SENAT, etc), onde foram abordados os mais variados temas relacionados ao trânsito, resultou num balanço positivo.

Esses números também são referência para análise dos indicadores adotados pelo Departamento para cumprimento das metas estabelecidas pelo programa 0663, vejamos:

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais: pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia).

Ano	Número de mortos	Número total de vítimas	Im
2008	11	173	6,35%
2009	10	173	5,78%
$Im = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$			

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais: Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia).

Ano	Nº de Acidentes	Ia
2008	156	-7,05%
2009	145	
$Ia = (N^{\circ} \text{ de Acidentes Ano Atual} / (N^{\circ} \text{ de Acidentes Ano Anterior} - 1)) \times 100$		

Percebe-se que a taxa de mortalidade nas rodovias do Estado caiu de 6,35% para 5,78%, o que significa que a unidade está trilhando caminhos adequados para consecução dos objetivos do programa, o que poderá ainda ser melhorado, pois quanto menores os números de vidas ceifadas e pessoas acidentadas, menores serão os custos da União com ações de saúde e previdência, bem como serão diminuídos os números de famílias desestruturadas, o que contribui significativamente com a desordem social.

A taxa de variação de acidente, outro indicador do programa 0663, foi negativa em 7,05%, percentual que nos últimos anos era crescente conforme se observa no comparativo com os exercícios anteriores. Com isso, nota-se que a gestão implementada realmente foi eficaz e que poderá ser remodelada para melhorar ainda mais os índices de acidentalidade, feridos e mortos nas rodovias.

Vale ressaltar que o exercício de 2009 foi marcado por mudanças significativas na área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal como um todo, pois com a expedição da Portaria 030/DG/DPRF/2009, efetivamente foram adotadas diretrizes para ações preventivas e também medidas de controle mais eficazes das atividades desenvolvidas pelas regionais, as quais passaram a ter meta diária para cumprimento.

O demonstrativo abaixo reflete o desempenho da regional a partir da vigência da citada Portaria, com os resultados alcançados:

Resultados Operacionais do Exercício 2009

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES

Regionais	Meta Anual Acidentes/ 1.000.000 veic	Realizado	% ATINGIDA
1ª SPRF/GO	98,315	84,367	116,53%
2ª SPRF/MT	58,035	56,644	102,46%
3ª SPRF/MS	50,350	47,995	104,91%
4ª SPRF/MG	433,275	408,504	106,06%
5ª SPRF/RJ	255,725	216,370	118,19%
6ª SPRF /SP	227,105	196,355	115,66%
7ª SPRF/PR	165,625	261,460	63,35%
8ª SPRF/SC	297,595	298,396	99,73%
9ª SPRF/RS	214,915	200,355	107,27%
10ª SPRF/BA	142,305	125,559	113,34%
11ª SPRF/PE	100,965	101,049	99,92%
12ª SPRF/ES	115,010	105,750	108,76%
13ª SPRF/AL	30,740	32,697	94,01%
14ª SPRF/PB	63,070	60,028	105,07%
15ª SPRF/RN	54,325	56,678	95,85%
16ª SPRF/CE	51,410	48,576	105,83%
17ª SPRF/PI	38,690	33,843	114,32%
18ª SPRF/MA	43,460	38,406	113,16%
19ª SPRF/PA	60,155	57,891	103,91%
20ª SPRF/SE	23,585	20,476	115,18%
21ª SPRF/RO	53,530	60,404	88,62%
1º DPRF/DF	44,255	45,995	96,22%
2º DPRF/TO	15,635	15,725	99,43%
3º DPRF/AM	3,445	3,008	114,52%
4º DPRF/AP	3,180	2,410	131,95%
5º DPRF/RR	5,830	4,803	121,38%
TOTAL	2.650,000	2.583,746	102,56%
Frota Nacional Dezembro 2009 *			58.506.136

Fonte:

1) Frota - DENATRAN. Última frota disponível: out/2009 (58.506.136).

2) Acidentes e Mortos: ROD-Online/DPRF

Fazendo uma análise dos objetivos de uma instituição presente em todos os Estados Brasileiros e Distrito Federal, não se pode deixar de fazer comparação dos resultados obtidos pelas demais regionais, pois serve de parâmetro para avaliação da gestão. Nesse sentido o 4º distrito aparece na tabela acima com os maiores índices na taxa de diminuição de acidentes, o que certamente é fruto do trabalho de aprimoramento administrativo.

Sabe-se que a diminuição no índice de acidentes é uma das premissas mais importantes da Instituição. O Departamento tem investido em campanhas e ações operacionais nacionais com vistas a diminuir cada vez mais os índices, ou mesmo impedir que estes cresçam de forma desordenada. É notória a dificuldade enfrentada, pois quando se trata de uma atividade que grande parte da cota de contribuição cabe ao usuário, o controle fica mais difícil.

Contudo, mesmo nesse quadro de dificuldades o 4º Distrito Regional empreendeu esforços otimizando escassos recursos humanos existentes, e conseguiu não somente a redução nos índices de acidente mas também se colocar na primeira posição nacional de redução de tais índices, o que não constitui tarefa fácil.

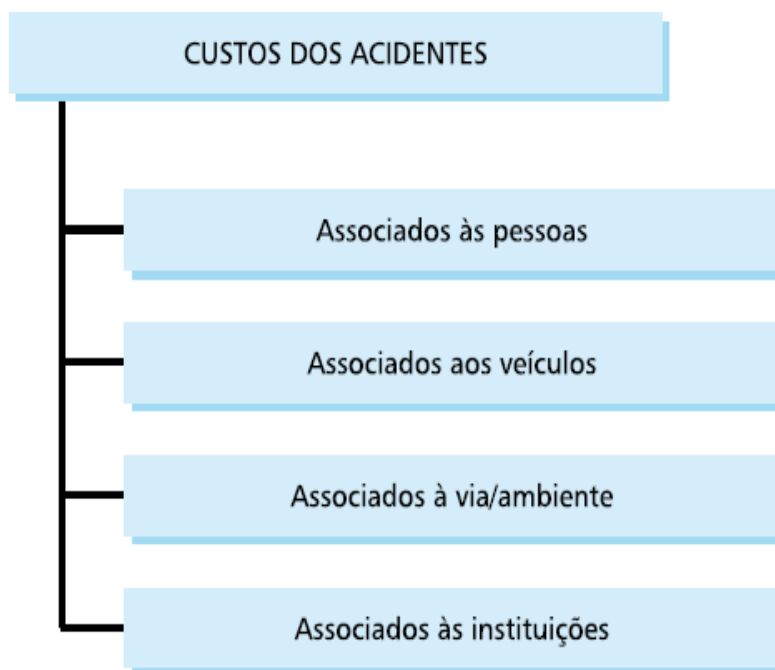
Ressalte-se que o resultado na ação da PRF é imensurável, visto que ainda não são contabilizados tecnicamente os números de acidentes evitados pela ação preventiva. Então,

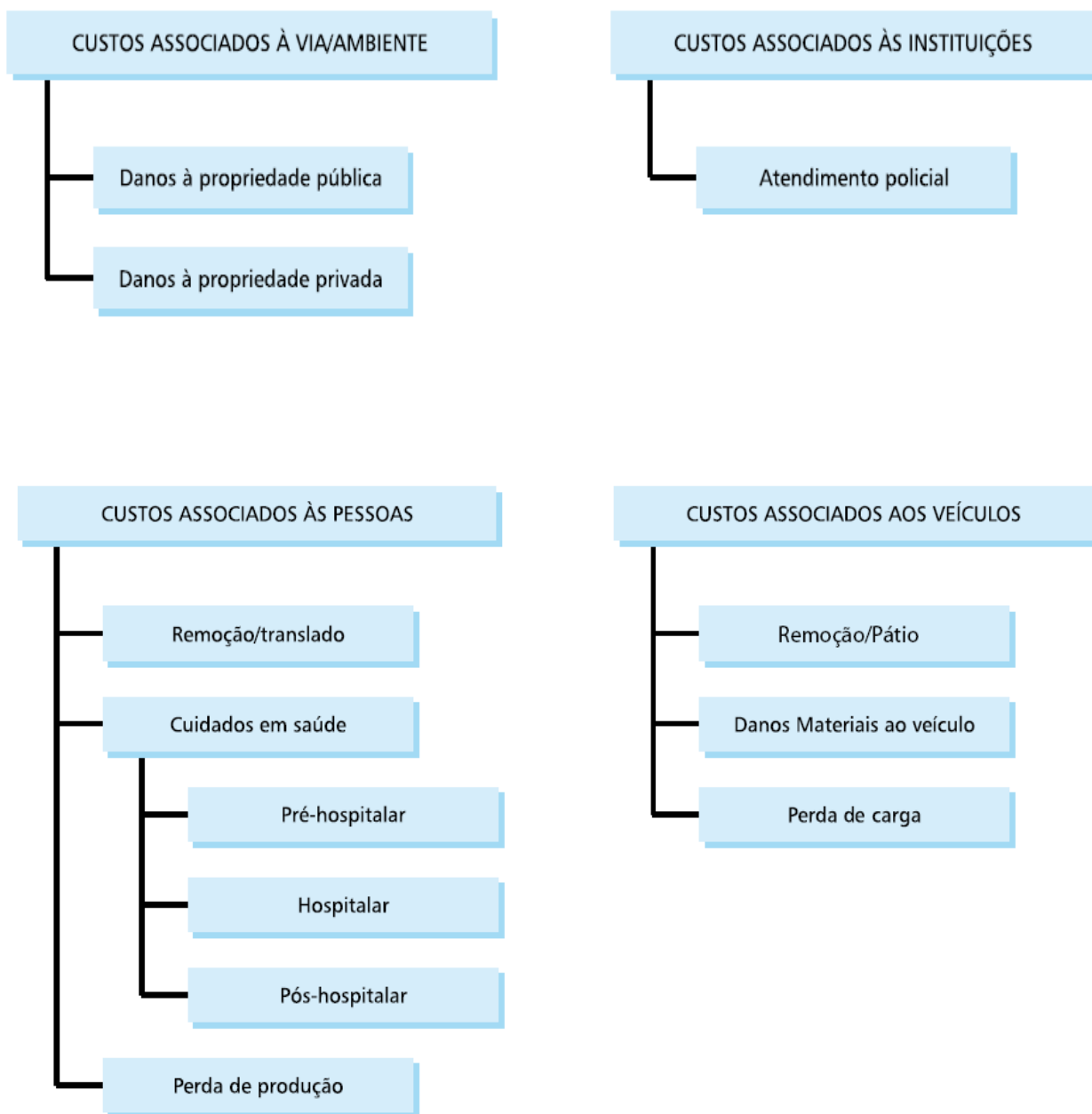
podemos perceber mais um efeito, dentre os vários existentes, do resultado do policiamento ostensivo. Conforme pesquisa intitulada impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileira, realizada pelo IPEA e DENATRAN, cada acidente gera um impacto social e econômico de grande relevância e apontam que o prejuízo com acidentes causam um custo anual em torno de 28 bilhões ao Brasil.

Os quadros abaixo demonstram os custos envolvidos em acidentes de trânsito:

Custo por acidente de acordo com a gravidade	Custo (R\$)
Sem vítima	R\$ 16.840,00
Com vítima	R\$ 86.032,00
Com fatalidade	R\$ 418.341,00

Nos valores acima foram considerados os seguintes custos:





Segundo a mesma pesquisa os acidentes causam ainda, sequelas que são invisíveis, vejamos: *“Os impactos do estresse pós-traumático de um acidente na pessoa vitimada e nas suas relações familiares e sociais, embora sejam de difícil quantificação, necessitam ser identificados e caracterizados, pois evidenciam a amplitude da violência dos acidentes.*

A reação ao estresse é uma resposta neuroquímica e neurofisiológica do cérebro ao perceber que está em perigo. É uma resposta fisiológica, extremamente adaptativa e adequada, com liberação de hormônios e que nos permite sobreviver.

No acidente de trânsito, a reação pode ser vivida como uma experiência traumática dependendo das condições e conseqüências do acidente, da ocorrência de perdas de vida, da responsabilidade pela perpetração do acidente, o que aumenta a probabilidade de perturbação mental, a depender de fatores de risco ou de fatores protetores.

Os indivíduos envolvidos em acidentes de trânsito, em especial nas rodovias, em

condições de distanciamento físico do atendimento e do resgate, desenvolvem um quadro de comorbidade onde a depressão e a ansiedade são as conseqüências mais freqüentemente descritas no cenário internacional. Uma realidade tão silenciosa quanto esta mereceu uma abordagem mais específica e que se situou na linha de uma investigação exploratória sobre o stress pós-traumático. Informações mais detalhadas integram os anais do Seminário Sequelas Invisíveis dos Acidentes de Trânsito, promovido pelo Projeto e realizado no dia 18 de julho de 2006, no Auditório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).”

Referida pesquisa faz parte de um conjunto de ações que buscam consolidar informações articuladas e imprescindíveis à tomada de decisões e à formulação de políticas públicas, para enfrentar o desafio da redução das mortes, das seqüelas físicas e psicológicas de pessoas, além das perdas materiais decorrentes desses acidentes.

Demonstrativo dos índices de Taxa de Mortalidade atingida no período

TAXA DE MORTALIDADE			
Regionais	Meta Anual Mortos/1.000.000 veic	Realizado	% ATINGIDA
1ª SPRF/GO	6,31	5,28	119,47%
2ª SPRF/MT	4,84	3,64	132,94%
3ª SPRF/MS	3,70	2,96	125,13%
4ª SPRF/MG	24,23	20,10	120,54%
5ª SPRF/RJ	10,53	7,55	139,38%
6ª SPRF /SP	8,34	5,62	148,31%
7ª SPRF/PR	5,55	9,11	60,92%
8ª SPRF/SC	11,37	9,38	121,17%
9ª SPRF/RS	8,37	6,46	129,55%
10ª SPRF/BA	13,76	10,24	134,40%
11ª SPRF/PE	7,95	7,16	111,01%
12ª SPRF/ES	4,12	3,59	114,78%
13ª SPRF/AL	2,07	2,19	94,62%
14ª SPRF/PB	4,00	3,33	120,01%
15ª SPRF/RN	2,83	2,39	118,27%
16ª SPRF/CE	4,07	2,39	170,09%
17ª SPRF/PI	3,54	2,99	118,35%
18ª SPRF/MA	5,22	4,36	119,77%
19ª SPRF/PA	3,51	2,91	120,80%
20ª SPRF/SE	1,71	1,30	131,64%
21ª SPRF/RO	2,77	2,34	118,29%
1º DPRF/DF	2,99	2,60	115,09%
2º DPRF/TO	2,04	1,44	142,09%
3º DPRF/AM	0,19	0,14	138,95%
4º DPRF/AP	0,28	0,15	182,02%
5º DPRF/RR	0,79	0,38	210,09%
	145,00	120,00	120,83%

Conforme foi observado no tópico referente a estratégias de atuação, a eleição de prioridades pela Unidade se deu justamente a partir do reconhecimento de que o papel da instituição é zelar primeiramente pela vida humana. E, no que tange à taxa de mortalidade nas rodovias federais de todo o Brasil o 4º Distrito galgou a 2ª posição no índice de diminuição, perdendo somente para o Estado de Roraima, de acordo com a planilha acima.

A Lei nº 11.705/08, popularmente conhecida como “Lei Seca”, que entrou em vigor em junho de 2008, foi uma grande aliada para atingimento desse objetivo, pois ela lançou novos

dispositivos que alteraram o Código de Trânsito Brasileiro, impondo restrições na comercialização de bebidas alcoólicas, a fim de inibir o consumo do produto pelo condutor de veículo automotor, apenando de forma mais severa o motorista flagrado dirigindo sob influência do álcool.

Ao longo dos anos a proporção de acidentes automobilísticos manteve-se elevada, e, em grande parte dos acidentes, sempre se constatou o consumo de álcool, o que, além de provocar luto e dor às famílias das vítimas, também deveria causar indignação ao contribuinte brasileiro, pois reflete na elevação de custos com o Sistema Único de Saúde, com pagamento de pensões públicas, com o aumento dos seguros dos automóveis, entre outros inúmeros gastos indiretos. A falta dessa conscientização gera no indivíduo em geral a certeza que de cabe somente ao Estado arcar com as obrigações decorrentes.

Nesse contexto social a referida Lei tem assumido seu papel não somente legal, mas também moral e ético, pois prioriza a vida como valor fundamental em detrimento do direito à liberdade individual e sobrepõe o interesse da coletividade em detrimento do privado.

A Lei Seca tem demonstrado que não surgiu somente para tornar mais complexo o ordenamento jurídico brasileiro, mas para servir à sociedade brasileira como uma ferramenta de inestimável valor para a vida, como uma medida coercitiva e punitiva do poder público, visando coibir a condução de veículos automotores por condutores que estejam sob influência do álcool, o que sem sombra de dúvida tem influenciado diretamente nos resultados dos acidentes de trânsito.

Frise-se que essa valorosa ferramenta sozinha não produz os efeitos necessários, bem como desejados. Torna-se, pois, imprescindível a presença do trinômio perfeito no trânsito: legislação, fiscalização e educação, posto que, somente através do cumprimento das leis e a fiscalização destas será possível mudar essa dolorosa realidade, tendo sempre em vista que a educação assume papel preponderante nesse cenário, pois quando aquelas faltarem, esta deverá prevalecer.

PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO			
Regionais	META	Realizado	% ATINGIDA
1ª SPRF/GO	168.798	142.049	84,15%
2ª SPRF/MT	145.360	116.488	80,14%
3ª SPRF/MS	188.416	230.902	122,55%
4ª SPRF/MG	395.968	296.266	74,82%
5ª SPRF/RJ	355.120	338.663	95,37%
6ª SPRF /SP	287.840	318.958	110,81%
7ª SPRF/PR	246.560	335.541	136,09%
8ª SPRF/SC	231.656	175.592	75,80%
9ª SPRF/RS	351.808	319.923	90,94%
10ª SPRF/BA	266.432	259.829	97,52%
11ª SPRF/PE	216.752	220.478	101,72%
12ª SPRF/ES	104.512	113.159	108,27%
13ª SPRF/AL	76.544	81.956	107,07%
14ª SPRF/PB	120.152	114.547	95,34%
15ª SPRF/RN	99.360	136.481	137,36%
16ª SPRF/CE	195.960	150.951	77,03%
17ª SPRF/PI	113.712	115.123	101,24%
18ª SPRF/MA	123.464	96.864	78,46%
19ª SPRF/PA	140.208	155.188	110,68%
20ª SPRF/SE	55.200	69.480	125,87%
21ª SPRF/RO	101.169	101.320	100,15%

1º DPRF/DF	84.456	84.447	99,99%
2º DPRF/TO	48.208	46.651	96,77%
3º DPRF/AM	30.728	16.827	54,76%
4º DPRF/AP	13.984	15.414	110,23%
5º DPRF/RR	16.192	5.702	35,21%
	4.178.559	4.058.799	97,13%

Obs.: Os Procedimentos de Fiscalização se referem ao período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2009.

A tabela acima demonstra que o Estado do Amapá atingiu a sétima posição no ranking nacional de adoção de procedimentos de fiscalização, tendo inclusive ultrapassado a meta inicial prevista para a regional em 10,23 %.

Estão inseridos nesses números os procedimentos efetivamente realizados em veículos e pessoas durante o segundo semestre do exercício 2009, pois no início do período ainda não se tinha uma efetiva ferramenta de controle, o que obrigava as unidades a trabalharem com alguns números estimativos.

5.1- Evolução das receitas e despesas

5.1.1 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

5.1.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de contratação	Despesa Empenhada		Despesa liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Tomada de Preços	R\$ 279.215,38	R\$ 89.660,27	R\$ 279.215,38	R\$ 131.748,18
Concorrência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pregão	R\$ 293.883,18	R\$ 556.158,76	R\$ 293.883,18	R\$ 556.158,76
Concurso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consulta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	R\$ 29.054,00	R\$ 27.278,14	R\$ 29.054,00	R\$ 24.661,99
Inexigibilidade	R\$ 0,00	R\$ 47.070,22	R\$ 0,00	R\$ 33.965,61
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	R\$ 3.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 2.196,04	R\$ 8.000,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	R\$ 59.690,53	R\$ 125.937,93	R\$ 59.690,53	R\$ 125.937,93
Outros				

5.1.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Demais elementos do grupo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Demais elementos do grupo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	R\$ 313.049,58	R\$ 384.709,45	R\$ 281.704,14	R\$ 352.017,00	R\$ 31.345,44	R\$ 32.692,45	R\$ 281.704,14	R\$ 383.362,44
2º elemento de despesa	R\$ 156.830,44	R\$ 189.360,03	R\$ 110.599,35	R\$ 142.650,61	R\$ 46.231,09	R\$ 46.709,42	R\$ 110.599,35	R\$ 188.881,70
3º elemento de despesa	R\$ 138.622,01	R\$ 152.267,90	R\$ 107.780,99	R\$ 130.061,89	R\$ 30.841,02	R\$ 22.206,01	R\$ 107.780,99	R\$ 160.902,91
Demais elementos do grupo	R\$ 116.099,97	R\$ 180.714,14	R\$ 116.099,97	R\$ 180.714,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 116.099,97	R\$ 180.714,14

5.1.1.3 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa”

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	R\$ 68.259,32	R\$ 51.847,11	R\$ 1.966,72	R\$ 23.027,11	R\$ 66.292,60	R\$ 28.810,00	R\$ 1.966,72	R\$ 89.319,71
2º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Demais elementos do grupo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º elemento de despesa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Demais elementos do grupo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Quadro comparativo com exercícios anteriores*

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. Passagens	R\$ 16.239,29	R\$ 53.169,44	R\$ 51.536,21
2. Diárias	R\$ 87.521,86	R\$ 59.690,53	R\$ 125.937,93
3. Terceirizados (estagiários, vigilância, limpeza e conservação)	R\$ 233.986,95	R\$ 316.289,58	R\$ 387.949,55

4. Suprimento de fundo/cartão corporativo	R\$ 6.000,00*	R\$ 2.196,04*	R\$ 8.000,00*
5. Material de consumo	R\$ 22.942,87	R\$ 38.801,66	R\$ 31.981,15
6. Tecnologia	R\$ 130.514,10	R\$ 9.196,67	R\$ 51.177,11
7. Telecomunicações	R\$ 60.200,00	R\$ 51.995,19	R\$ 46.398,82
8. Combustível	R\$ 0,00	R\$ 15.426,17	R\$ 84.554,17
9. Manutenção de viaturas	R\$ 92.303,53	R\$ 136.850,58	R\$ 131.748,18
Total	R\$ 649.708,60	R\$ 683.615,86	R\$ 919.283,12

*Principais despesas, considerando restos a pagar

Considerando a Administração Pública como o conjunto de entidades e órgãos incumbidos de realizar a atividade administrativa com o desiderato de satisfazer as necessidades coletivas, o Núcleo Administrativo e Financeiro vem trabalhando conjuntamente com os demais núcleos que compõem a estrutura do Distrito, com o objetivo de viabilizar a satisfação das demandas apresentadas, em que pesem as adversidades encontradas principalmente no que tange a recurso humano.

Vale constar que na prática as atividades do Distrito são compatíveis com as de uma Superintendência Regional, a qual tem em sua estrutura uma Seção responsável pela atividade administrativa e financeira, onde são agrupados cinco núcleos, quais sejam: telemática, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças, além da Comissão de licitação que trabalha com independência dos demais núcleos. Busca-se com isso registrar a disparidade existente na estruturação desta unidade, que conta com apenas um núcleo (NAF) para realização de papel correspondente.

Contudo, mesmo diante das dificuldades encontradas, o Núcleo desempenhou suas atribuições de forma a propiciar a logística necessária para o cumprimento da missão institucional da Polícia Rodoviária Federal, qual seja, patrulhamento ostensivo com vistas a diminuição de acidentes e mortes nas rodovias federais.

Para tanto, realizou licitações para contratações necessárias à manutenção das atividades básicas da unidade, prorrogou contratos considerados vantajosos para a Administração, aderiu a registros de preço de outras unidades do DPRF/MJ, bem como de outras instituições, tudo com o intuito de racionalização dos recursos disponíveis e viabilização de aquisições buscando quantidade e qualidade nos produtos e serviços.

No quadro comparativo de evolução de gastos entre os exercícios, percebe-se um aumento nas despesas referentes ao pagamento de diárias e contratação de serviço de limpeza e vigilância, além da redução nas despesas com telefonia, sendo que os demais itens objeto de comparação mantiveram a média de custo.

O aumento de valores dispendidos com diárias no exercício se deu principalmente por conta do aumento do valor unitário pago por deslocamento de servidor, o que teve uma elevação média de cem por cento por meio do Decreto Nº 6.907, de 18/07/2009.

Já os contratos de vigilância e limpeza tiveram os valores aumentados, em relação ao

ano anterior, devido à necessidade de expansão dos serviços para o posto de Oiapoque, que foi inaugurado no início do exercício e precisava de manutenção predial.

A redução apresentada no serviço de telecomunicação é devida a implementação do sistema digital, que integrado ao sistema VOIP, reduziu significadamente o valor gasto com o serviço de telefonia fixa, Vejamos: considerando que ano de 2008 o valor total foi de R\$ 51.995,19, e não havia contrato de telefonia móvel, nem conectividade, e que no ano de ano 2009 o total gasto foi de R\$ 46.398,82, incluindo telefonia fixa, telefonia móvel e conectividade, a redução foi bastante significativa, eis que houve redução do valor mais a agregação de outros serviços.

No que tange aos valores referentes à aquisição de combustível não pode ser feita comparação, eis que no ano de 2008 o contrato de aquisição do produto era centralizado em Brasília, e, somente no mês de novembro 2008 foi feito contrato direto pelas unidades regionais. Portanto, o valor referente àquele exercício reflete o consumo do produto pelo período de somente dois meses (novembro e dezembro/2008). Contudo, considerando a média mensal de consumo o valor total gasto no exercício 2009 manteve-se proporcional ao período anterior.

Ressalta-se que esta unidade apenas executa os recursos distribuídos pela unidade central, DPRF/MJ, e comparando os valores recebidos e liquidados nos anos anteriores, a execução orçamentária e financeira do exercício 2009 atingiu percentual bastante satisfatório, deixando de liquidar no exercício somente as aquisições feitas no final do ano, quando as descentralizações orçamentárias são comuns, não permitindo a conclusão dos procedimentos de compras dentro do período. Os recursos foram utilizados de acordo com a destinação descrita nos respectivos programas e ações de governo, o que foi devidamente demonstrado em tópicos anteriores.

Quadro comparativo de percentual de execução

Exercício	Provisão recebida	Valor liquidado no exercício	Percentual de execução
2008	R\$ 823.686,40	R\$ 619.093,67	75,16%
2009	R\$ 959.001,92	R\$ 831.410,85	86,69%

Atividades desenvolvidas na gestão da administração da unidade:

Gestão Patrimonial:

-Com o intuito de se adequar às finalidades da Administração Federal, além de melhorar o estreitamento de relacionamento com instituições locais, foi concluído o processo de desfazimento de material de informática, onde foram doados computadores, impressoras e nobreak's, para escolas da rede pública de ensino, através da Secretaria Estadual de Educação, o que contribui com o programa de inclusão digital do Governo Federal;

-Foi feito o levantamento do patrimônio móvel do Distrito, bem como foram ajustadas divergências

que existiam entre os sistemas SIAFI e ASI (sistema de controle patrimonial do Departamento). Entretanto, não foi concluído o inventário de bens móveis, o que se deu principalmente por falta de servidores para conclusão do processo de plaquetamento de bens e distribuição dos mesmos por sala;

-Visando o melhor aproveitamento do espaço físico disponível, foi iniciado o processo de desfazimento de bens móveis inservíveis da unidade, que deverá ser concluído durante este exercício;

-Também foi iniciado o processo de regularização do posto de Oiapoque junto à Secretaria do Patrimônio da União no Estado do Amapá, o que objetiva a efetiva integração do bem imóvel ao acervo do Distrito;

-Com o objetivo de minimizar os custos com manutenção de viaturas, o que constitui uma missão ardilosa, devido ao constante desgaste que os veículos sofrem pois são utilizados diuturnamente, além do objetivo de contribuir com a 19ª Superintendência Regional/PA no processo de formação de policiais rodoviários federais, foram encaminhados para o Estado do Pará dois veículos da frota mais antiga para serem utilizados nas aulas práticas de condução policial;

Gestão documental:

Cobrou-se de todos os núcleos a intensificação na utilização do sistema de protocolo adotado pelo Departamento, com vistas a melhor controle na documentação que tramita internamente, além de servir como ferramenta para a visualização mais célere do quantitativo de documentos movimentados por período. Percebe-se certa resistência por parte dos servidores na utilização do sistema como única forma de comprovação do efetivo encaminhamento de documentos, eis que acostumados aos padrões mais antigos não se sentem seguros com a nova prática;

- A massa documental do Distrito está acondicionada em uma sala reservada para ser utilizada como arquivo. Porém, na prática a documentação estava sem a devida separação, ocasionando muitos transtornos quando da necessidade de disponibilizar algum processo ou documento. Para tentar equacionar essa situação, foi iniciado o procedimento de agrupação da documentação de acordo com o núcleo de interesse, a fim de que sejam todos movimentados ao arquivo via sistema, possibilitando com isso a rápida localização quando for necessário algum desarquivamento, bem como o efetivo controle sobre o acervo existente na unidade.

Gestão de contratações:

-Como pode ser observado no demonstrativo de despesas por modalidade de contratação, descrito no item 5.1.1.1 deste relatório, houve um incremento nas contratações na modalidade pregão, o que representa um avanço para a instituição, pois é certo que constitui o modelo via de regra adotado nacionalmente, e que traz benefícios significativos para todos, principalmente os afetos a diminuição de custos e impessoalidade na tratativa de licitações;

–As contratações diretas ainda são utilizadas em decorrência da escassez de empresas prestadoras de determinados serviços no Estado, ou a inadequação das mesmas para participação em certames. Tais serviços são indispensáveis para a operacionalização das atividades do Distrito, dentre eles: 1. fornecimento de energia elétrica; 2. Serviço de conectividade para talonários eletrônicos; 3. Telefonia móvel; 4. Internet móvel; e outras pequenas aquisições necessárias ao andamento das ações. Contudo, o Núcleo Administrativo e Financeiro tem envidado esforços no sentido de minimizar ao máximo contratos dessa natureza;

–Para todos os contratos realizados pelo Distrito foram designados os respectivos fiscais, os quais têm a atribuição de acompanhar a fiel execução do que foi pactuado com a empresa, relatando em meios próprios as distorções detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, tais como multas, distrato, glosa de pagamento, adequação dos bens ou serviços, dentre outras medidas.

Gestão financeira:

–A execução financeira do Distrito foi realizada na proporção da liberação orçamentária e financeira realizada pelo Departamento para a unidade. Porém, dentro da proposta apresentada para o exercício o percentual de execução melhorou satisfatoriamente com relação aos anos anteriores, atingindo o índice de 86,69 %, resultado que demonstra o comprometimento dos servidores na responsável gestão dos recursos públicos.

–Dentro das perspectivas traçadas pelo Núcleo a solução de pendências existentes de exercícios anteriores seria priorizado, pois tais demandas normalmente conduzem a um processo de desgaste da credibilidade institucional. Nesse sentido, foram instruídos dois processos e reconhecidas as dívidas correspondentes, os quais estão aguardando liberação de recurso de exercício anterior para liquidação.

–Na mesma linha de prioridade foram solucionados dois processos de questionamentos de reequilíbrio econômico e financeiro, que foram requeridos por uma empresa prestadora de serviço de vigilância para o Distrito em exercícios anteriores, tais processos após análise da legalidade tiveram seus pedidos indeferidos.

5.2 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
6	181	663	2723	A	3	Nº de mortos Nº de feridos	Redução do índice 6,35%	Redução para 5,78%	Redução em pelo menos 10% do índice alcançado em 2009
6	181	663	2723	A	3	Número de acidentados	Redução do índice	Redução de 7,05% em relação a 2009	Redução em pelo menos 10% do índice alcançado em 2009

5.3- Indicadores e análise do desempenho

Programa 0663: Os indicadores deste programa, bem como a análise do desempenho dos resultados obtidos foram descritos por ocasião do relato do desempenho operacional da unidade.

Programa 1386

Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir o percentual de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

Ano	Unidades adequadas	Total de Unidades	Coeficiente de adequação
2008	1	1	100,00%
2009	1	3	33,33%
$I_{adq} = (\text{Unidades adequadas} / \text{Total de unidades}) \times 100$			

O coeficiente de adequação das instalações físicas da unidade caiu significativamente em relação ao exercício anterior, o que se deve principalmente ao reduzido efetivo policial para ocupação do posto de Oiapoque, efetivamente entregue no início de 2009, tem estrutura moderna, construída nos moldes padronizados pelo Departamento em âmbito nacional, mas ainda não pôde ser utilizado de forma permanente por falta de PRF's para composição mínima de equipes.

Também contribui para redução em tal índice a base de apoio mantida no Município de Tartarugalzinho, não constitui um posto da PRF, mas uma sala que funciona no Terminal Rodoviário daquele Município, cedida pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Transportes, servindo de ponto estratégico por sua localização, mas que também não tem pessoal para manutenção direta das atividades naquele local.

Houve uma expectativa de melhoria dessa problemática com a publicação do edital de concurso público para provimento de vagas de policial rodoviário federal em agosto de 2009, eis que o Estado do Amapá estava contemplado inicialmente com 14 (catorze) vagas. Porém, com a paralisação do certame devido a suspeita de fraudes, o prazo provável para sua conclusão e a consequente nomeação dos candidatos sofreu significativa alteração.

Programa 0750

Não há indicador objetivo.

6 – Recursos Humanos

O quantitativo de recursos humanos deste 4º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no exercício 2009 era constituído de 51 servidores ativos, dispostos da seguinte forma:

- 32 Policiais Rodoviários Federais;
- 19 Servidores Administrativos do plano especial de cargos do DPRF (enquadrados de acordo com a Lei nº 11.095, de 13/01/2005, através da Portaria nº 184/MJ, publicada no DOU de 08/08/2005).

O quadro de inativos do Distrito é constituído de 7 servidores aposentados, sendo 4 PRF's e 3 ADM's do plano especial de cargos do DPRF .

6.1 - Composição do quadro de Recursos Humanos:

A composição dos recursos humanos deste 4º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no Amapá apurada em 31/12/2009, bem como o quantitativo de pessoal considerado ideal é a seguinte:

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	51	–	110
Próprios	51		110
Requisitados	-	-	-
Celetistas	-	-	-
Cargos de livre provimento	–	–	–
Estatutários	-	-	-
Não Estatutários	-	-	-
Terceirizados	25	25	30
Total	76	-	140

Composição dos Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

Os custos financeiros associados à gestão de recursos humanos deste 4ºDRPRF/AP, no exercício 2009 e nos dois anteriores são os seguintes:

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	57	2.829	-	698	143	-
2008	50	2.700	-	966	172	-
2009	51	3.470	-	598	184	-
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	NA	-	-	-	-	-

2008	NA	-	-	-	-	-		
2009	NA	-	-	-	-	-		
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	NA	-	-	-	-	-		
2008	NA	-	-	-	-	-		
2009	NA	-	-	-	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	NA	-	-	-	-	-		
2008	NA	-	-	-	-	-		
2009	NA	-	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	NA	-	-	-	-	-		
2008	NA	-	-	-	-	-		
2009	NA	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	13	R\$ 211.230,98	NA	-	NA	-	10	R\$ 22.755,97
2008	15	R\$ 313.049,58	NA	-	NA	-	6	R\$ 3.240,00
2009	19	R\$ 384.709,55	NA	-	NA	-	6	R\$ 3.240,00

6.2- Contratos de terceirização de Área-fim

Não se aplica.

6.3- Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

O quantitativo de servidores PRF's decresceu nos últimos anos, e em comparação com 2006 quando atingimos o maior efetivo da regional com 46 policiais ativos, demonstra a necessidade premente de aumento do nosso contingente, em face do aumento significativo da frota nos três últimos anos, crescente fluxo de veículos nacionais e estrangeiros que circulam nas rodovias federais do Estado do Amapá, provocada principalmente pelo processo de asfaltamento da BR 156, da interligação com a Guiana Francesa, com a construção da ponte binacional, da necessidade de proteção das riquezas naturais e combate a criminalidade, bem como garantir a incolumidade das pessoas e de seu patrimônio nas rodovias federais.

De outro lado se justifica o aumento de efetivo, principalmente pela existência de um posto de fiscalização recentemente construído as proximidades do Oiapoque, na fronteira norte do Estado que carece da presença da PRF naquela região, e encontra-se inativo por falta de policiais, gerando custo com vigilância privada.

No que se refere aos servidores administrativos, todos foram redistribuídos do quadro do ex-Território Federal do Amapá para este Distrito, sendo que 70% encontram-se as proximidades de aposentadoria, com baixo índice de escolaridade (20% possuem nível superior). Há carência de novos servidores para desempenharem atividades na área meio.

O quadro de terceirizados relativo a Vigilância e Conservação são suficientes para as necessidades da regional. Há carência de terceirizados para atuação na área de informática.

O quantitativo de estagiários é insuficiente e houve redução em torno de 40%, nos de nível superior a partir de 2008, contando com apenas uma vaga, e 5 de nível médio.

07-Reconhecimento de passivos por insuficiência de recursos

Não houve ocorrências no período.

08 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 177.462,15	R\$ 12.926,66	R\$ 154.930,20	R\$ 0,00
2007	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2007	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
...				
Observações:				

09 - Detalhamento de transferências

Não houve ocorrências no período.

10 - Renúncias Tributárias concedidas pela UJ

Não houve ocorrências no período.

11 - Cumprimento das deliberações do Tribunal de Contas da União



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Excerto da Relação 24/2009 - TCU - 1ª Câmara
Relator - Auditor MARCOS BEMQUERER COSTA

AUD-MBC
Fls. ____

ACÓRDÃO Nº 3924/2009 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Sid Neves Mira Martel e Rosivaldo Cambraia Alves regulares com ressalva e dar-lhes quitação, sem prejuízo fazer as seguintes determinações, e nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas dos demais responsáveis regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.401/2008-8 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Aldo Balleiro Machado (151.595.152-91); Alfredo Braga Pastana (023.412.122-04); Alvíno José Leite (226.753.771-15); Carlos Luis Barbosa Brito (041.735.462-20); Frank Jorge Borges Rodrigues (432.822.022-53); José Carlos Gomes (115.517.631-68); Klebson Sampaio do Nascimento (388.365.802-20); Marcelo Jerffeson Barbosa Oliveira (226.245.622-49); Monica Ferreira do Amaral (433.357.052-20); Raimundo Nonato Corte Costa (038.450.102-82); Rosalina das Neves Bittencourt (163.641.202-53); Rosivaldo Cambraia Alves (324.670.012-53); Sebastião José Valadares Dias (226.228.702-30); Sid Neves Mira Martel (209.905.532-72).

1.2. Órgão/Entidade: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/AP – MJ.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amapá (Secex/AP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações:

1.5.1. ao 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/AP que:

1.5.1.1. adote as medidas necessárias no sentido de evitar o extravio de documentos comprobatórios de despesas no âmbito dos processos de concessão de suprimento de fundos;

1.5.1.2. promova o devido enquadramento legal quando da contratação direta de empresas por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Dados da Sessão:

Ata nº 25/2009 – 1ª Câmara

Data: 28/7/2009 – Ordinária

Relator: Auditor MARCOS BEMQUERER COSTA

na Presidência: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral PAULO SOARES BUGARIN

TCU, em 28 de julho de 2009.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS

No tocante a deliberação constante no item 5.1.1.1, a unidade adotou como estratégia o imediato processamento de documentos que são destinados à autuação, bem como o envio e recebimento de documentos somente pelo sistema eletrônico de gerenciamento documental, o que diminui o risco de extravio, bem como alimenta o relatório gerencial no sistema informatizado.

Já com relação ao item 5.1.1.2, a unidade está promovendo adequadamente o enquadramento legal nos casos de contratações diretas, o que constitui exceção, pois a prioridade do núcleo é realizar licitações. Além da análise inicial feita pelo núcleo administrativo e financeiro o procedimento é autorizado pelo Chefe do Distrito e posteriormente encaminhado ao Núcleo de Assessoramento Jurídico da União no Estado do Amapá para ratificação da decisão.

Com a adoção das medidas apontadas a instituição caminha na certeza de que está sendo cumpridora dos preceitos legais e éticos que norteiam a Administração Pública, buscando para o próximo exercício a excelência no que refere a deliberações dos órgãos de controle externo. Nesse sentido a Chefia do Distrito vem intensificando reuniões e deliberações internas com o intuito de que não sejam expedidas recomendações pelas instituições de controle por alguma incorreção apresentada.

12 - Declaração do Contador



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (U.I.):		Código da UG:	
4º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/AP		200233	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7


José Carlos Gomes
COORDENADOR GERAL
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

CHEFE DO DISTRITO

Marcelo Gladson Pires

CHEFE DO NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Marcelo Jerffeson Barbosa de Oliveira

CHEFE DO NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Raimundo Nonato Corte Costa

CHEFE DO NÚCLEO DE CORREGEDORIA E ASSUNTOS INTERNOS

Klebson Sampaio do Nascimento

CHEFE DO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Aldo Balieiro Machado